

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANDERLEI LUIS KROMBAUER BONATTO

**DEMOCRACIA PRESIDENCIALISTA PLURIPARTIDÁRIA BRASILEIRA:
ANÁLISE EMPÍRICA COMPARATIVA DAS COLIGAÇÕES E COALIZÕES
DO FEDERAL E DO PARANÁ, NO PERÍODO DE 1994 A 2010.**

CURITIBA

2019

VANDERLEI LUIS KROMBAUER BONATTO

**DEMOCRACIA PRESIDENCIALISTA PLURIPARTIDÁRIA BRASILEIRA:
ANÁLISE EMPÍRICA COMPARATIVA DAS COLIGAÇÕES E COALIZÕES
DO FEDERAL E DO PARANÁ, NO PERÍODO DE 1994 A 2010.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Sociologia Política, do Curso de Pós-Graduação em Sociologia, *Lato Sensu*, do Setor de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná UFPR.

Orientador : Prof. Dr. Wellington Nunes.

CURITIBA

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

VANDERLEI LUIS KROMBAUER BONATTO

**DEMOCRACIA PRESIDENCIALISTA PLURIPARTIDÁRIA BRASILEIRA:
ANÁLISE EMPÍRICA COMPARATIVA DAS COLIGAÇÕES E COALIZÕES
DO FEDERAL E DO PARANÁ, NO PERÍODO DE 1994 A 2010.**

A monografia foi aprovada, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Sociologia Política, *Lato Sensu*, do Curso de Pós-Graduação da UFPR Universidade Federal do Paraná, após análise da comissão acadêmica.

Prof. Dr. Wellington Nunes
Orientador de Pesquisa UFPR

Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa
Coordenador de Metodologia UFPR

Curitiba, Outubro 2019.

DEDICATÓRIA

A(o)s

Esposa Lorena Germano Bonatto,
amor e companheira.

Filha Mylena Thailudi Germano Bonatto,
espelho e sequência da minha vida.

Pais Ivamildo e Rosali Bonato,
minha existência e eternos mestres.

AGRADECIMENTO

Aos Professores :

Wellington Nunes,
orientação e paciência de pai.
Paulo Roberto Neves Costa,
coordenação do curso.

Aos Irmãos :

Cidinei Antonio Bonatto,
Claudinei Dallacorte e
Simonei Bonato;
amizade e apoio.

EPÍGRAFE

Quando você percebe que, para produzir, precisa obter a autorização de quem não produz nada.

Quando comprovar que o dinheiro flui para quem negocia não com bens, mas com favores.

Quando perceber que muitos ficam ricos pelo suborno e por influência, mais que pelo trabalho.

E que as leis não nos protegem deles, mas, pelo contrário, são eles que estão protegidos de você.

Quando perceber que a corrupção é recompensada, e a honestidade se converte em auto sacrifício.

Então poderá afirmar, sem temor de errar, que sua sociedade está condenada.

Ayn Rand.

Judia.

1920.

RESUMO

O presente trabalho empírico tem, como objetivo acadêmico, responder a pergunta: **“Se o dilema institucional brasileiro – de sistema democrático presidencialista pluripartidário de coligações e coalizões, vivenciado no âmbito nacional – também ocorreu entre o Executivo e o Legislativo no Estado do Paraná, no período de 1994 a 2010?”** A resposta, tanto dos teóricos como dos dados coletados, responderam que SIM. Segundo os especialistas às coligações realizadas nas eleições, como às coalizões realizadas após os pleitos eleitos, acontecem no Federal, nos Estados e nos Municípios. Às coalizões políticas nascem da necessidade do chefe do executivo ter a maioria das cadeiras no parlamento. Ela se dá, na prática, pela distribuição dos ministérios e de secretarias aos partidos da base aliada. A doutrina conceituou esse tipo de aliança, a que ocorre após às eleições, de **“presidencialismo de coalizão”**. Por existir no Brasil elevado número de partidos políticos, o partido do Chefe do Executivo não consegue ter a maioria das cadeiras no legislativo, que sejam da sua mesma sigla partidária somada ao do seu vice. Por causa disso, é forçado a fazer a aliança chamada de coalizões política governamental. Até porque, vigora no país o sistema político pluripartidário com eleições que ocorrem ao mesmo tempo para a majoritária e para a proporcional. Como base nos dados coletados, a resposta encontrada uma afirmação, pelo fato do presidencialismo de coalizão, como um sistema de governo, aconteceu tanto no Federal e como no Estado do Paraná.

Palavras-chave: Democracia Presidencialista Pluripartidária; Presidencialismo de Coalizão; Sistema Político-Eleitoral; Coligação Eleitoral; Eleição Nacional e Estadual.

ABSTRACT

The present empirical work has, as academic objective, to answer the question: “If the Brazilian institutional dilemma - of a multi-party presidential democratic system of coalitions and coalitions, experienced at the national level - also occurred between the Executive and the Legislative in the State of Paraná, in period from 1994 to 2010?” The answer from both the theorists and the collected data answered that YES. According to the specialists, the coalitions made in the elections, as well as the coalitions made after the elected elections, happen in the Federal, in the States and in the Municipalities. Political coalitions are born of the need for the chief executive to have most seats in parliament. In practice, it is done by distributing ministries and secretariats to allied base parties. The doctrine conceptualized this type of alliance, which occurs after the elections, of "coalition presidentialism." Because there are a large number of political parties in Brazil, the party of the Chief Executive cannot have the majority of seats in the legislature, which are of his same party acronym added to his deputy. In particular, there is a multi-party political system in the country with elections taking place at the same time for the majority and proportional elections. Based on the collected data, the answer found an affirmation by the fact that coalition presidentialism, as a system of government, happened both in the Federal and in the state of Paraná.

Keywords : Multiparty Presidential Democracy; Coalition Presidentialism; Political–Electoral System; Electoral Coalition; National and State Election.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 01 – FEDERAL – EXECUTIVOS – COLIGAÇÕES | |
| Eleições 1994 1998 2002 2006..... | 32 |
| TABELA 02 – PARANÁ – EXECUTIVOS – COLIGAÇÕES | |
| Eleições 1994 1998 2002 2006..... | 33 |
| TABELA 03 – FEDERAL – EXECUTIVOS – COLIGAÇÕES – COALIZÕES | |
| Governos 1995–1998 1999–2002 2003–2006 2007–2010..... | 34 |
| TABELA 04 – FEDERAL – EXECUTIVO – COALIZÃO | |
| Governo 1995–1998..... | 36 |
| TABELA 05 – FEDERAL – EXECUTIVO – COALIZÃO | |
| Governo 1999–2002..... | 37 |
| TABELA 06 – FEDERAL – EXECUTIVO – COALIZÃO | |
| Governo 2003–2006..... | 38 |
| TABELA 07 – FEDERAL – EXECUTIVO – COALIZÃO | |
| Governo 2007–2010..... | 39 |
| TABELA 08 – PARANÁ – EXECUTIVOS – COLIGAÇÕES – COALIZÕES | |
| Mandatos 1995–1998 1999–2002 2003–2006 2007–2010..... | 40 |
| TABELA 09 – PARANÁ – EXECUTIVO – COALIZÃO | |
| Governo 1995–1998..... | 42 |
| TABELA 10 – PARANÁ – EXECUTIVO – COALIZÃO | |
| Governo 1999–2002..... | 43 |
| TABELA 11 – PARANÁ – EXECUTIVO – COALIZÃO | |
| Governo 2003–2006..... | 44 |
| TABELA 12 – PARANÁ – EXECUTIVO – COALIZÃO | |
| Governo 2007–2010..... | 45 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------|---|
| DEM | – Democratas |
| PCB | – Partido Comunista Brasileiro |
| PCdoB | – Partido Comunista do Brasil |
| PDT | – Partido Democrático Trabalhista |
| PFL | – Partido da Frente Liberal |
| PHS | – Partido Humanista Solidariedade |
| PL | – Partido Liberal |
| PMDB | – Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PMN | – Partido da Mobilização Nacional |
| PP | – Partido Progressista |
| PPB | – Partido Progressista Brasileiro |
| PPS | – Partido Popular Socialista |
| PRB | – Partido Republicano Brasileiro |
| PRN | – Partido da Reconstrução Nacional |
| PRP | – Partido Republicano Progressista |
| PSB | – Partido Socialista Brasileiro |
| PSC | – Partido Social Cristão |
| PSD | – Partido Social Democrático |
| PSDB | – Partido da Social Democracia Brasileira |
| PSL | – Partido Social Liberal |
| PST | – Partido Social Trabalhista |
| PT | – Partido dos Trabalhadores |
| PTB | – Partido Trabalhista Brasileiro |
| PTdoB | – Partido Trabalhista do Brasil |
| PTN | – Partido Trabalhista Nacional |
| PV | – Partido Verde |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| RESUMO..... | 7 |
| ABSTRACT..... | 8 |
| LISTA DE TABELAS..... | 9 |
| LISTA DE SIGLAS..... | 10 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2. ESTUDO TEÓRICO DO PRESIDENCIALISMO PLURIPARTIDÁRIO BRASILEIRO : COLIGAÇÃO E COALIZÃO..... | 14 |
| 2.1. Do conceito e da origem da expressão “Presidencialismo de Coalizão”..... | 14 |
| 2.2. Dos principais mecanismos do presidencialismo de coalizão: as coligações e as alianças políticas..... | 16 |
| 2.3. Do porquê das coalizões e a especificidade do modelo Brasileiro de presidencialismo de coalizão..... | 21 |
| 2.4. Da formação político-histórico e a situação Brasileira contemporânea..... | 25 |
| 3. ESTUDO EMPÍRICO COMPARATIVO DO DESEMPENHO DO PRESIDENCIALISMO PLURIPARTIDÁRIO BRASILEIRO: COLIGAÇÕES E COALIZÕES DO FEDERAL E E DO PARANÁ, NO PERÍODO DE 1994 A 2010..... | 31 |
| 3.1. Das coligações partidárias ao Executivo Federal, nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006..... | 32 |
| 3.2. Das coligações partidárias ao Executivo do Paraná, nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006..... | 33 |
| 3.3. Das coalizões partidárias do Executivo Federal, nos inícios dos governos de 1995-1998, 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010.... | 34 |
| 3.4. Das coalizões partidárias do Executivo do Paraná, nos inícios dos governos de 1995-1998, 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010.... | 40 |
| 4. CONCLUSÕES..... | 46 |
| REFERÊNCIAS..... | 48 |
| TERMO DE DECLARAÇÃO DE AUTORIA E RESPONSABILIDADE..... | 50 |

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente cumpre registrar, que o objetivo central deste trabalho acadêmico reside em responder a pergunta : **O dilema institucional brasileiro – de sistema democrático presidencialista pluripartidário de coligações e coalizões, vivenciado no âmbito nacional – também existiu no Executivo do Estado do Paraná, no período de 1994 a 2010?**

A necessidade de se responder tal indagação, está na existência de uma lacuna científica, isto é, na ausência de trabalho acadêmico empírico sobre o assunto, o que auxiliará os futuros, mais profundos e abrangentes, sobre o mesmo tema.

Neste trabalho é usado o método indutivo, por meio de análises lógicas dos dados encontrados, para depois chegar ao resultado pretendido, que é a resposta da pergunta condutora do estudo.

A partir do estudo do que correu em nível nacional sobre o presidencialismo de coalizão, pelo funcionamento da democracia presidencialista multipartidária brasileira, é analisado o caso Paranaense.

Para melhor a compreensão, salutar se faz registrar que às eleições estudados são de 1994, 1998, 2002 e 2006. E os mandatos são de 1995-1998, 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Dados em comparação: Federal x Paraná.

Para se atingir o objetivo proposto, o trabalho é dividido, por questão didática, em 02(dois) capítulos, como forma de facilitar a visualização e a compreensão dos dados lançados.

No primeiro capítulo é abordada a revisão da literatura nacional, a principal e mais atual existente sobre o tema, como base teórico e conceitual necessária ao estudo, sem a pretensão de esgotar e aprofundar, em demasia, o assunto.

No estudo da bibliografia, não será feita nenhuma análise ou valoração ideológica do tema e nem se os conceitos apresentados são bons ou ruins.

Já no segundo, por sua vez, é subdividido em duas partes, para facilitar o estudo, a explanação e a comparação dos dados encontrados.

Na primeira parte são trazidos os dados indicativos, por meio de tabelas, da democracia presidencialista pluripartidária, ocorrida no Governo Federal, que é denominada de nível nacional.

Nas tabelas é abordado o sistema político eleitoral Federal, com o Executivo e Legislativo – este bicameral em Senado e Câmara – com o sistema presidencialista de grandes Coligações, Alianças e Coalizões, e com o sistema de multipartidário fragmentado.

E na segunda parte, é apontado os dados empíricos também em tabelas, sobre o estudo do desempenho da democracia presidencialista pluripartidária do Estado do Paraná, nas coligações e coalizões político-eleitorais.

Nessas tabelas, estudou-se o sistema político eleitoral Paranaense, com o Executivo e Legislativo – este unicameral da Assembleia Legislativa – comparando os dados federais encontrados.

A exposição dos dados das 12(doze) tabelas, tem caráter demonstrativo, indicativo e exploratório, acompanhado de considerações, explicações e interpretações, que não possuem a intenção de esgotar o tema.

A despeito do esforço da análise deste trabalho simples, há muito o que se fazer para ser alcançada uma compreensão mais sólida e profunda, sobre a dinâmica das relações Executivo e Legislativo no Estado do Paraná.

A história social e econômica de cada Estado Brasileiro pode ser estudada por meio de suas representações e tradições político-eleitorais, tanto no Executivo como no Legislativo, de forma isolada ou conjunta. Nesse sentido, o Estado do Paraná tem a sua própria história institucional a ser registrada.

Espera-se, por fim, que este singelo trabalho acadêmico tenha atingido o seu objeto. Que é deixar algo registrado academicamente, para análise e pesquisa, de hoje e do amanhã.

2. ESTUDO TEÓRICO DO PRESIDENCIALISMO PLURIPARTIDÁRIO BRASILEIRO : COLIGAÇÃO E COALIZÃO

Inicialmente, cabe registrar que neste primeiro capítulo do trabalho, por ser eminentemente teórico, é apresentada a origem e o conceito de presidencialismo de coalizão.

E a ainda, é explicado os mecanismos, o porquê das coligações e das alianças políticas, bem como a situação atual desse sistema político no Brasil.

2.1. Do conceito e da origem da expressão “Presidencialismo de Coalizão”.

O conceito de “**presidencialismo de coalizão**”, é uma criação eminentemente brasileira e recente, por isso, ainda pouco difundido e conhecido. Que pode ser visto de forma diferente pelos teóricos da sociologia e do direito.

Para a teoria sociológica-política seria um arranjo institucional democrático, pois “É um sistema político brasileiro, que combina não somente representação proporcional, multipartidarismo e ‘presidencialismo imperial’, como também organização do Executivo com base em grandes coalizões político-partidárias e regionais.”¹

O presidencialismo de coalizão é um conceito criado por cientistas políticos brasileiros que, aos poucos, incorpora-se ao vocabulário do poder nacional. Tanto, que pode ser aplicado aos âmbitos estadual e municipal, traduzindo a necessidade de que o poder Executivo seja amparado pela maioria nos legislativo.

O termo, portanto, indica um acordo entre os partidos políticos para a implantação de um programa de governo.²

¹ ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 31, n. 1, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 4.

² MULLER, Gustavo. **Presidencialismo de coalizão, uma instituição bem brasileira**. Disponível em : www.politicaparapoliticos.com.br/ Acessado em : 04.04.2006.

E para teoria do direito, “Trata-se de uma doença a ser extirpada, que impede a existência de serviços públicos eficientes, que impede a formulação de políticas públicas coerentes e adequadas, que fomenta o clientelismo, o patrimonialismo e a corrupção, que propicia que a lógica dos interesses privados invada a esfera pública, que dificulta o desenvolvimento nacional, que viola a moralidade”.³

No Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1.988, o Poder Executivo passou a depender ainda mais do Legislativo, justificando assim a existência da Aliança chamada de Coalizão.

Com promulgação da Constituição de 1.988, o instrumento do *decreto-lei* – largamente empregado durante o regime militar por presidentes, governadores e prefeitos – foi extinto.

Com isso, o Executivo passou a depender mais do Legislativo.

Hoje, embora governantes contêm com prerrogativas de iniciativa legislativa – como as *medidas provisórias* e os *pedidos de urgência*, que forçam os parlamentares a analisar e votar prioritariamente os projetos enviados pelo Executivo – dificilmente o governo consegue aprovar leis sem uma ampla e sólida base de apoio.⁴

A origem das Coalizões, propriamente dita, nasceu primeiramente no Sistema de Governo Parlamentarista.

Muitos países europeus adotaram o regime de governo *parlamentarista*.

No entanto, eles contavam com mais de dois partidos – *multipartidarismo* – enquanto que na Inglaterra existem, basicamente, duas siglas – *bipartidarismo*. Com muitas legendas concorrendo às eleições legislativas, constatou-se que nenhuma delas obtinha o número suficiente de votos para eleger o *primeiro-ministro*, escolhido entre os parlamentares que conquistavam vagas nas câmaras.

Desse modo, os partidos faziam alianças para elegerem os *premiês*. Como o *primeiro-ministro* não possuía um tempo fixo de mandato – diferentemente do *presidencialismo*, no qual governantes são eleitos, em geral, para mandatos de quatro anos – para que ele permaneça no cargo é necessário granjear a confiança do parlamento a fim de que seus projetos sejam aprovados.

Diante desse contexto, a idéia de coalizão, antes aplicada somente aos regimes de governo *parlamentarista*, passou a ser aplicada também ao *presidencialismo*.⁵

Depois, num segundo momento, as Coalizões foram utilizadas no Sistema Presidencialista, como o vigente no Brasil. “O *presidencialismo* teve origem na *Declaração de Independência dos Estados Unidos*, no final do século 18, diante da necessidade de personificar o poder para consolidar as instituições políticas

³ CLÈVE, Clèmerson Merlin. Presidencialismo de coalizão e administração pública. In: CLÈVE, Clèmerson Merlin (Org.) Direito constitucional brasileiro – Organização do estado e dos poderes. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, Vol. 2, 2014, p. 493–495.

⁴ MULLER. *Ibidem*.

norte-americanas e evitar que as *Treze Colônias* se desintegrassem. Neste regime, o *presidente* é o mandatário do poder político e exerce, concomitantemente, as chefias de *governo* e de *estado*.”⁶

O conceito de **Presidencialismo de Coalizão** originou-se da Aliança realizada pelo Presidente com o Parlamento, advindo da necessidade fundamental do Poder Executivo possuir a maioria das cadeiras no Poder Legislativo, e assim, conseguir que seus projetos e reformas, necessárias e profundas, fossem aprovados.

Portanto, o presidencialismo de coalizão é, ao mesmo tempo, um arranjo institucional e um modo de comportamento do presidencialismo. Pois, combina presidencialismo, multipartidarismo, sistema proporcional com lista aberta para eleições do executivo e do legislativo

2.2. Dos principais mecanismos do presidencialismo de coalizão; as coligações e as alianças político-eleitoral.

Como vimos, no tópico anterior, o presidencialismo de coalizão é uma aliança informal realizada entre o executivo e o legislativo.

O Brasil como nação democrática é o “único caso de presidencialismo de coalizão”.⁷

Pois, a “... coalizão implica na divisão de poder e na responsabilidade sobre o conjunto de políticas, isto é, implica em que todos os partidos que compõem a coalizão participam e influem no processo decisório.”⁸

A formação da coalizão envolve três momentos distintos, que se desencadeiam em sequencia.

Primeiro, a constituição da aliança eleitoral, que requer negociação em torno de diretivas programáticas mínimas, usualmente amplas e pouco específicas, e de princípios a serem obedecidos na formação do governo, após a vitória

⁵ MULLER. Ibidem.

⁶ MULLER. Ibidem.

⁷ ABRANCHES. 1998, Idem, p. 22.

⁸ FREITAS, Andréa. **O presidencialismo da coalizão**. Rio de Janeiro : Fundação Konrad Adenauer, 2016, p. 110.

eleitoral.

Segundo, a constituição do governo, no qual predomina a disputa por cargos e compromissos relativos a um programa de governo, ainda bastante genérico. Finalmente, a transformação da aliança em coalizão efetivamente governante, quando emerge, com toda a força, o problema da formulação da agenda real de políticas, positiva e substantiva, e das condições de sua implementação.⁹

Para que a coalizão governamental se concretize é exigido um amplo acordo político:

1. um acordo interpartidário, onde o Executivo divide seu poder ao distribuir pastas ministeriais para dois ou mais partidos;
 2. um acordo intrapartidário entre o líder do partido que recebeu uma pasta e os membros deste partido.
- Assim, o acordo é firmado entre (e intra) partidos e não entre indivíduos, e implica na promessa de apoio legislativo não apenas dos líderes partidários, mas de toda a bancada dos partidos.¹⁰

E quando ocorre mudanças na coalizão, acontece em três momentos: “1) quando um partido que não faça parte da coalizão ganha um ministério; 2) quando um partido que faça parte da coalizão perca todos os ministérios que ocupa; ou 3) a cada nova eleição ou reeleição.”¹¹

O **Presidencialismo de Coalizão** criou por necessidade, no caso Brasileiro, para que possa funcionar com eficiência e produzir resultado, 3(três) instrumentos governamentais.

A eleição de Fernando Collor, em 1.989, revelou que o Executivo torna-se incapaz de estabelecer políticas governamentais quando não conta com apoio legislativo em número suficiente para aprovar seus projetos.

Diante disso, inventariou-se os instrumentos que o governo dispunha para atrair a colaboração dos partidos, destacando-se entre eles os seguintes :

- a) alianças eleitorais ;
- b) cargos no governo, e,
- c) verbas para emendas parlamentares.¹²

Dos 3(três) mecanismos referidos, apenas o primeiro é aplicável antes das eleições. Isso porque, em muitos casos, a acirrada disputa no período de campanha impede que os partidos compatibilizem seus interesses, restando, assim, a tarefa de compor *coalizões* no pós-pleito ou até mesmo depois da posse do novo governo.

O primeiro instrumento, **as alianças eleitorais**, acontecem no período eleitoral com objetivo específico. “As *alianças eleitorais* podem ser celebradas não apenas para contabilizar recursos preciosos na campanha eleitoral – como, por exemplo, o tempo no horário gratuito de rádio e televisão – mas condições para o exercício do governo

⁹ ABRANCHES. 1988, Idem, p. 27.

¹⁰ FREITAS. Ibidem, p. 44.

¹¹ FREITAS. Ibidem, p. 45.

e a ampliação das possibilidades de obtenção da maioria no Legislativo.”¹³

Já os **cargos no governo**, que é o segundo instrumento, é a distribuição dos cargos em comissão nos órgãos do Poder Executivo, que acontece no momento da posse do novo governo.

Essa distribuição de **cargos no governo** contempla dois aspectos : o primeiro que é mais difícil de ser avaliado e mensurado, e o segundo, por ser mais visível, percebe-se a distribuição de cargos nos ministérios, nos gabinetes e nas empresas do governo.

Se vencedora, a aliança torna-se *coalizão* no momento em que são distribuídos os *cargos* do primeiro escalão – ministérios, na esfera federal, e secretarias, nos estados e municípios.

Um dos critérios para isso é a proporcionalidade entre a representação partidária no Legislativo e o número de vagas ocupadas no Executivo.

Assim, partidos com as maiores bancadas recebem mais cargos no primeiro escalão. ¹⁴

Até porque, “A combinação de sistema presidencialista, representação proporcional de lista aberta e sistema parlamentar fragmentado leva o chefe do Executivo, na intenção de implementar sua agenda de políticas públicas, a distribuir pastas ministeriais entre membros dos principais partidos, na esperança de obter em troca o apoio da maioria do Congresso.”¹⁵

E, o último e terceiro instrumento, **as verbas para emendas parlamentares**, acontece durante a vigência do governo, que para o bom funcionamento do **Presidencialismo de Coalizão**, que serve como incentivo e a formação da base governista.

Isso se refere “A *destinação de verbas* para as emendas propostas pelos parlamentares, embora mal-vista pela população e pela mídia, constitui uma ferramenta legítima, a qual o Executivo pode recorrer para ganhar a maioria, uma vez que há uma prerrogativa constitucional que permite a liberação dos recursos previstos pela *Lei Anual de Orçamento*.”¹⁶

A distribuição de verbas públicas traz um grande *déficit* social, pois prioriza o

¹² MULLER. Ibidem.

¹³ MULLER. Ibidem.

¹⁴ MULLER. Ibidem.

¹⁵ SANTOS, Fabiano. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. **Dados da Revista de Ciências Sociais**, v. 45, nº. 2, 2002, p. 237–264. Disponível em : www.scielo.com.br/ Acessado em : 17.04.2006.

¹⁶ MULLER. Ibidem.

individualismo e a base eleitoral do próprio parlamentar beneficiado. “O uso político dos recursos públicos nas formas de patronagem, clientelismo e patrimonialismo não só implica um alto custo para o Brasil, como claramente impede que o governo priorize as preferências da maioria através de soluções coletivas.”¹⁷

Às verbas públicas são usadas para o imediato, ou futuro, benefício eleitoral do político, pois deseja a sua eleição a um cargo de maior nível político ou a sua reeleição, além de favorecer a corrupção.

É obvio que há uso eleitoral, pois vincula a obra ao deputado ou senador. E são todas obras localizadas e em geral de baixo valor em dinheiro e grande apelo popular. Isso é uma distorção do espírito da emenda coletiva, criada para atender obras estruturais nos estados. Esta prática vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, onde quase 40% das emendas coletivas estão sendo usadas para atender a obras eleitorais de deputados e senadores no Orçamento da União de 2.002.¹⁸

A prática da distribuição de recursos públicos através de emendas orçamentárias, é aproveitada pelo Executivo como forma de controle dos membros de sua coalizão nas votações do Congresso (Câmara e Senado). “Os Deputados que fazem parte da coalizão se beneficiam recebendo verbas orçamentárias que, apesar de pequenas em relação à totalidade do orçamento, são suficientes para garantir-lhes êxito eleitoral e sobrevivência política.”¹⁹

Assim, organizar uma **coalizão** é dividir o poder entre as forças aliadas, o que implica comprometê-las com as políticas públicas adotadas pelo governo. Isto porque, as **alianças eleitorais** e a **distribuição de verbas por emendas** revelam-se vínculos instáveis, que a qualquer momento podem ser desfeitos.

Quando desfeita a coalizão, por algum motivo, o Legislativo pode travar os trabalhos do Presidente, que o chefe do executivo federal, resultando em uma paralisia legislativa, decorrente do conflito entre os dois poderes.

Como visto, a maior responsabilidade pela governança do governo é do Chefe do Poder Executivo.

¹⁷ PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão : As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, nº. 2, 2002, p. 266.

¹⁸ PEREIRA. *Ibidem*, p. 272.

¹⁹ PEREIRA. *Ibidem*, p. 295.

A eficácia político-operacional da governança é determinada pela capacidade de coordenação da maioria por parte do chefe do Executivo, que ocupa o centro do sistema de forças.

Quando há falhas na coordenação, o sistema tende à fragmentação, podendo sofrer paralisia decisória e colapsos recorrentes de desempenho, com danos ao apoio social do governo.²⁰

Mas então, existe alguma solução para que o Presidencialismo não trave os trabalhos do legislativo? “Alternativa para facilitar a relação com o Executivo é a profissionalização do legislativo. Esse processo incluiria a reestruturação interna das Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas e sua reorganização administrativa. É essencial aperfeiçoar a relação das câmaras municipais e assembléias legislativas com a sociedade, o que na prática resultará em maior transparência com a opinião pública.”²¹

Possuir condições de governabilidade, cada vez mais, é o sonho dos Chefes do Poder Executivo, nos três níveis de governo no Brasil, onde o padrão de governança foi denominado de **Presidencialismo de Coalizão**, que tem seu eixo de impacto principal na relação entre os Poderes Executivo e Legislativo.

As condições de governabilidade no País vêm demonstrando, ao longo dos anos, a dificuldade de ação do Executivo quando não há uma firme base de apoio parlamentar.

Daí porque muitos cientistas políticos estudam fórmulas para superar os obstáculos que se interpõem entre as intenções e os atos de governo.²²

O equilíbrio entre os poderes executivo e legislativo, depende da habilidade político do chefe do primeiro.

Por ser presidencialismo, esse regime de governança reserva ao presidente um papel crítico e central, no equilíbrio, gestão e estabilização da coalizão.

O presidente precisa cultivar o apoio popular – para usar a popularidade como pressão sobre sua coalizão; ter uma agenda permanentemente cheia, para mobilizar atenção da maioria parlamentar e evitar sua dispersão; ter uma atitude proativa na coordenação política dessa maioria, para dar-lhe direção e comando.²³

O regime presidencialista somado ao sistema multipartidário, como o vigente no Brasil, traz a grande tarefa ao Chefe do Poder Executivo, a de **costurar**

²⁰ ABRANCHES. 2.003. Idem, p. 77.

²¹ POWER, Timothy Joseph. **Presidencialismo trava ação legislativa, dizem analistas**. Agência Câmara, Brasília. Disponível em : www.camara.gov.br/ Acessado em : 10.04.2006.

²² MULLER. Ibidem.

²³ MORAES, Filomeno. **Executivo e Legislativo no Brasil Pós-Constituinte**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 15, nº. 4, 2001, p. 48. Disponível em : www.scielo.com.br/ Acessado em : 29.08.2006.

constantemente uma maioria parlamentar, através de muita habilidade, paciência e concessões.

A combinação entre o presidencialismo e o multipartidarismo, embora contribua para a instabilidade da democracia, mais fragiliza cronicamente os partidos políticos brasileiros.

Em suma, a combinação de presidencialismo, um sistema multipartidário fragmentado, e partidos indisciplinados trouxe problemas preocupantes para o sistema político brasileiro. Em termos das estruturas políticas – o sistema presidencialista de governo, o sistema eleitoral que promove a fragmentação e o sistema multipartidário dominado por partidos frouxos – existem importantes elementos de continuidade.²⁴

É por isso que hoje, em nível Nacional, a eleição presidencial se realiza em 02(dois) turnos, caso nenhum candidato obtenha a maioria absoluta de votos no primeiro turno, é realizado o segundo, com a participação somente dos 02(dois) candidatos mais votados, que neste caso, é às 02(duas) coligações mais votadas.

2.3. Do porquê das coalizões e a especificidade do modelo Brasileiro de presidencialismo de coalizão.

Com a promulgação da Constituição de 1.988, mais conhecida como a Constituição mais democrática e cidadão de todas, o instrumento do **decreto-lei** foi extinto, mas que era largamente empregado durante o regime militar por presidentes, governadores e prefeitos.

Hoje, embora o Chefe do Poder Executivo conte com prerrogativas de iniciativa legislativa — como as **medidas provisórias** e os **pedidos de urgência**, que forcem os parlamentares a analisar e votar prioritariamente os projetos enviados pelo executivo — dificilmente o governo consegue aprovar leis sem uma ampla e sólida base de apoio.

A nova e atual Constituição, fez o Poder Executivo depender mais do Legislativo, que é uma tendência do mundo ocidental. “A tendência de fortalecimento

²⁴ MAINWARING, Scott P. Democracia Presidencialista Multipartidária : o caso do Brasil. **Lua Nova – Revista de Cultura Política**, São Paulo, nº. 28/29, mai./jun. 1.993, p. 23.

do Executivo em detrimento do Legislativo é uma característica da segunda metade do século 20 em todo o mundo ocidental, e não só no Brasil”.²⁵

A justificativa do uso do sistema de governo do Presidencialismo de Coalizão está na necessidade do executivo ter maioria parlamentar. “Não há muito que um governante consiga fazer, se não contar com uma maioria na Casa Legislativa correspondente. Esta regra vale tanto para o Congresso, quanto para Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.”²⁶

Mas por que com a promulgação da Constituição de 1988 o Executivo, nos 03(três) níveis da federação, passou a depender mais do legislativo?

Uma emenda à Constituição Federal necessita da anuência de 3/5 da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em votação em dois turnos — algo de ocorrência muito remota caso não haja o assentimento de mais de um partidos, mesmo quando a legenda governista desfruta de maioria. Diante desse contexto, a idéia de coalizão, antes aplicada somente aos regimes de governo parlamentaristas, passou a ser aplicada também ao presidencialismo.²⁷

Nas **coalizões** as decisões e responsabilidades do governo são compartilhadas pelos partidos que as integram. Por conta disso, são constituídas por agremiações que mantêm afinidade ideológica.

Em outras palavras, legendas situadas à esquerda do espectro político dificilmente formam coalizões com siglas de direita, uma vez que seus conteúdos programáticos são diferentes e, muitas vezes, até conflitantes.

É muito difícil, para o partido que ganha o Executivo, ganhar também uma maioria qualificada no parlamento, na mesma eleição. A lógica da decisão de voto para o executivo é completamente diferente da lógica da decisão de voto para o legislativo.

Existe diferença entre o executivo e legislativo. “Para o executivo, predominam questões de natureza geral, mais doutrinárias, além de sofrerem uma forte polarização em torno da imagem dos principais candidatos. Para o legislativo, a temática será sempre mais local, centrada em interesses mais específicos e de menor

²⁵ POWER. Ibidem.

²⁶ FERRAZ, Francisco. **Executivo : a necessidade da maioria**. Disponível em : www.politicaparapoliticos.com.br/ Acessado em : 24.05.2005.

²⁷ MULLER. Ibidem.

alcance, sendo de menor importância a filiação partidária, ou mesmo posições doutrinárias.”²⁸

Sabedores dessa lógica distinta, os candidatos geralmente iniciam suas campanhas com alianças menos extensas no primeiro turno, e ampliam ao máximo no segundo, já pensando nas coalizões que terão que fazer após as eleições, para conseguir a tão sonhada governabilidade.

Isso pois, “O resultado da eleição, portanto, tende a conferir uma unidade política ao Executivo, e a fragmentar a representação no legislativo. Por isso, faz-se necessário “costurar” uma maioria legislativa. Ela raramente surge da eleição, precisa antes ser construída, pela ação política do governo, mediante acordos e concessões.”²⁹

Um governo necessita realizar uma **campanha permanente**, isto é, manter viva e atuante as coalizões para conseguir a **maioria permanente**, que o beneficia diretamente trazendo crédito social e credenciando ao segundo mandato, a reeleição.

Conquistada uma maioria parlamentar, o governo adquire uma medida importante de previsibilidade, para planejar a implantação dos projetos com os quais se comprometeu perante o eleitorado.

Pode, também, programar suas realizações, e a exploração política que delas pode extrair, para conformar a sua ‘campanha permanente’.

Isto é, usar o mandato e a administração como um ‘show case’ de competência, confiabilidade, cumprimento de compromisso, e outras virtudes políticas que a publicidade e o marketing político saberão explorar, no tempo certo e de modo certo.³⁰

A Constituição concedeu ao Presidente da República 03(três) mecanismos importantes e fundamentais para fazer valer suas políticas e interesses, como uma forma de supremacia sobre o Congresso : Câmara e Senado.

Em relação ao Executivo, os constituintes que elaboraram a Carta de 1988 foram bastante generosos na concessão de poder ao presidente da República, provendo-o de uma série de mecanismos de controle sobre a agenda legislativa.

O presidente tem direito exclusivo de iniciativa legislativa em matéria administrativa, orçamentária e fiscal.

Tem também a prerrogativa de solicitar urgência na tramitação de seus projetos de lei, o que interfere na ordem de prioridades da agenda do Congresso.

Cabe ainda ao presidente o direito de editar medidas provisórias.

Uma espécie de substituo ‘**democrático**’ ao Decreto-Lei do regime militar, a Medida Provisória – MP dá ao Executivo poder de legislar e aplicar determinada política sem a apreciação prévia do Congresso, dado que tem vigência imediata.

²⁸ FERRAZ. Ibidem.

²⁹ FERRAZ. Ibidem.

³⁰ FERRAZ. Ibidem.

Desde sua adoção, em 1.988, a Medida Provisória tem sido intensamente usada pelo Executivo como meio rápido e eficaz de legislar e implementar políticas.³¹

Essas prerrogativas do Executivo, às vezes, geram tensão com possibilidade de impasse e de paralisia decisória. Por isso, a relação entre os poderes é complexa e depende de ação do Presidente da República para conduzir as negociações com o Congresso, especialmente com a sua base de apoio.

Várias características forçam que o Chefe do Executivo, nos 03(três) níveis da administração pública, façam coligações e coalizões, utilizando-se o formato do sistema político-eleitoral existente no Brasil.

Diversas características do sistema eleitoral contribuíram para a formação de sistema multipartidário fragmentado em que o partido do presidente quase nunca tem a maioria no Congresso.

A situação do presidencialismo em minoria permanente leva facilmente a impasse entre o executivo e o legislativo, que resulta em imobilismo político. Devido ao calendário eleitoral rígido do sistema presidencialista, não existem meios institucionais para lidar com essa situação de presidentes que não dispõem de sustentação estável no Congresso.³²

O caráter extremamente frouxo dos partidos políticos brasileiros exacerbou esse problema. Quando os presidentes são populares, políticos da maioria das siglas o apóiam, mas quando perdem popularidade, frequentemente encontram dificuldades em encontrar apoio, até mesmo em seu próprios partidos.

A diversidade de representação, resultante da heterogeneidade social, implica na elaboração de coalizões governamentais entre o Executivo e o Legislativo, para assim, viabilizar a execução de políticas públicas por parte do governo, tanto no Federal como no Estadual e no Municipal.

As nossas mazelas sociais não derivam todas do nosso sistema de representação, das fragilidades de nosso quadro de representação e das fragilidades de nosso sistema partidário. Mas derivam muito mais da incapacidade de nossas elites em compatibilizar nosso formato institucional com o perfil heterogêneo, plural, diferenciado e desigual de nossa ordem social.

Até porque, “A unidade lingüística, a hegemonia do catolicismo e a recusa ideológica em reconhecer nossas diversidades e desigualdades raciais, têm obscurecido

³¹ CADERNOS NAE. **Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Dimensão Institucional** : Contribuição para o tema Reforma Política. Nº. 5, jun. 2.005, Brasília : Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, p. 26.

³² MAINWARING. Ibidem, p. 22.

o fato de que a sociedade brasileira é plural, movida por clivagens subjacentes pronunciadas e que não se resumem apenas à dimensão das classes sociais; têm importantes componentes sócio-culturais e regionais.”³³

A garantia de “representação a minorias significativas não determina, necessariamente, a inviabilidade de maiorias estáveis, embora implique, com frequência, a necessidade de coalizões governamentais”.³⁴

O perfil social dos interesses aliado ao grau de heterogeneidade da sociedade brasileira, além de outros fatores, forçam a necessidade de recorrer a coalizões, que não estão necessariamente ligados à regra de representação parlamentar e nem pelo número de partidos existentes.

A capacidade de formar maiorias estáveis e a necessidade de recorrer a coalizões não são exclusivamente determinadas pela regra de representação, nem pelo número de partidos, mas também, pelo perfil social dos interesses, pelo grau de heterogeneidade e pluralidade na sociedade e por fatores culturais, regionais e lingüísticos, entre outros, que não são passíveis de anulação pela via do regime de representação.

Ao contrário, a tentativa de controlar a pluralidade, reduzindo artificialmente o número de partidos representados no parlamento e aumentando as distorções distributivas na relação voto/cadeira, pode tornar-se um forte elemento de deslegitimação e instabilidade.³⁵

É por isso que o Poder Executivo no Brasil precisa “recorrer a grandes coalizões, resultante de importantes variações institucionais. Isto indica, precisamente, que a regra institucional adapta-se à realidade social, garantindo assim, a representação e a estabilidade da ordem política”.³⁶

2.4. Da formação político-histórico e a situação Brasileira contemporânea.

Antes de adentrar diretamente no assunto da situação Brasileira Contemporânea, mister se faz descrever algo para se entender um pouco sobre como ocorreu a formação Político-Histórico deste País.

³³ ABRANCHES. 2003. *Idem*, p. 51.

³⁴ ABRANCHES. 2003. *Idem*, p. 37.

³⁵ ABRANCHES. 2003. *Idem*, p. 38.

³⁶ ABRANCHES. 2003. *Idem*, p. 51.

O Brasil tem como organização política — o Estado Republicano — que possui como características : o presidencialismo, o federalismo, o bicameralismo, o multipartidarismo e a representação proporcional.

Essas características político–institucional resultaram do processo histórico de formação social do País.

Seria ingênuo imaginar que este arranjo político institucional se tenha firmado arbitrária ou fortuitamente ao longo de nossa história.

Na verdade, expressa necessidade e contradições, de natureza social, econômica, política e cultural, que identifiquem histórica e estruturalmente o processo de nossa formação social.

Tais características compõem uma ordem política que guarda certas singularidades importantes no que diz respeito à estabilidade institucional de longo prazo, sobretudo quando analisadas à luz das transformações sociais por que passou o País nas últimas quatro décadas, do grau de heterogeneidade estrutural de nossa sociedade e da decorrente propensão ao conflito.³⁷

É por isso que hoje a nossa sociedade é heterogênea, por resulta da pluralista de interesses, da grande complexidade e da desigualdade social, cultural, econômica e política.

Pergunta-se, o Brasil com tais características, dificulta ou facilita a concretização plena da nossa Democracia? “É difícil manter uma democracia presidencialista multipartidária; focalizando o caso do Brasil, mostra que a combinação de presidencialismo a um sistema multipartidária, criou problemas para a estabilidade da democracia nos períodos mais democráticos da história brasileira – 1946–1964 e de 1985 até o presente.”³⁸

Apesar do nosso país possuir o multipartidarismo como sistema proporcional de representação, tanto no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas dos Estados Membros como nas Câmaras Municipais, não ocorreu a **proliferação excessiva de partidos**, por 02(dois) motivos.

Em primeiro lugar, porque o próprio sistema eleitoral atua como regular desse processo, incentivando ou desincentivando a formação de partidos, na medida em que os custos, em votos, proibitivos para pequenas legendas de ocasião.

A segunda razão refere-se ao fato de que os regimes proporcionais, mesmo quando adotam critérios de transformação de votos em cadeiras que promovem a máxima proporcionalidade e não desincentivando a fragmentação partidária, apresentam diferenças ponderáveis entre o número de partidos que disputam as eleições e número de partidos com efetiva representação parlamentar.³⁹

³⁷ ABRANCHES. 2003. Idem, p. 31.

³⁸ MAINWARING. Ibidem, p. 21.

³⁹ ABRANCHES. 2003. Idem, p. 37.

Em suma : “a própria dinâmica eleitoral contém elementos de auto-regulação que reduzem a fragmentação parlamentar em relação à fragmentação eleitoral”.⁴⁰

Na situação contemporâneo do Brasil, o funcionamento das instituições e dos mecanismos democrático-representativos, tem assegurado um nível razoável de representatividade da arena legislativa.

Pelo menos no que diz respeito às garantias de representação das minorias, o sistema de representação proporcional que rege as eleições para a Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas Estaduais e Câmara Municipais tem servido a esse propósito.

E, tendo-se em conta o amplo leque de partidos com representação nas câmaras legislativas, pode-se dizer que o sistema político brasileiro apresenta alto grau de representatividade, ou, pelo menos, admite a representação de todas as correntes políticas e setores importantes da sociedade.

Isso a despeito de o princípio da representação proporcional não ser, de fato, plenamente respeitado nas eleições para a Câmara dos Deputados, por força das distorções nos limites impostos à formação das bancadas nos Estados mais populosos.⁴¹

O sistema proporcional ajusta-se à diversidade Brasileira, pois permite à representação da maioria desses segmentos relevantes da população e, ao mesmo tempo, coíbe a proliferação artificial de legendas, criadas para fins puramente eleitorais e sem maior relevância sócio-política.

Hoje a situação brasileira contemporânea, à luz de seu desenvolvimento histórico, resume-se em várias características, a saber.

- a) alto grau de heterogeneidade estrutural, quer na economia, quer na sociedade, além de fortes disparidades regionais;
- b) alta propensão ao conflito de interesses, cortando a estrutura de classes, horizontal e verticalmente, associada a diferentes manifestações de clivagens inter e intra-regionais;
- c) fracionamento partidário-parlamentar, entre médio e mediano, e alta propensão à formação de governos baseados em grandes coalizões, muito provavelmente com índices relativamente elevados de fragmentação governamental;
- d) forte tradição presidencialista, com inviabilidade de consolidação de um regime parlamentarista puro e, proporcionalidade ligada a necessidade de admitir à representação dos diversos segmentos da sociedade plural brasileira;
- e) insuficiência e inadequação do quadro institucional do Estado para resolução de conflitos e inexistência de mecanismos institucionais para a manutenção do “equilíbrio constitucional”.⁴²

⁴⁰ ABRANCHES. 2003. Idem, p. 34.

⁴¹ CADERNOS NAE. Ibidem. p. 34.

⁴² ABRANCHES. 2003. Idem, p. 72.

A própria tradição político–institucional brasileira é resposta da sua específica dinâmica social, resultante da sua “própria heterogeneidade, ambigüidade e fragilidade das referências nacionais e as contradições e elas inerentes, contribuem para firmar esta combinação entre proporcionalidade e presidencialismo de coalizão”.⁴³

Qual seria então, a solução para o dilema brasileiro?

Não há evidências persuasivas de que a solução parlamentarista ou a representação majoritária, ou mesmo o bipartidarismo, pudessem oferecer salvaguarda suficientes à instabilidade e à exacerbação do conflito.

O dilema institucional brasileiro resolve–se com instrumentos que permitam regular diversidade, conviver com ela, pois nosso quadro sócio–cultural e econômico faz da diferença uma destinação e a nossa capacidade de criar instituições necessárias, que poderão advir a normalidade democrática e a possibilidade da real justiça social.⁴⁴

Mas para que esses instrumentos de regulação das diversidades fossem criados, necessitam ser geridos dentro do próprio dilema – governo de coalizão – o que torna a tarefa ainda mais difícil de se concretizar no Brasil.

O Executivo Federal, quando não tem maioria no Congresso, adota a prática de formar uma coalizão de partidos, para conseguir a governabilidade. A construção dessa maioria parlamentar não garante comportamento cooperativo e tende a ser conflituosa.

Existe 02(dois) procedimentos distintos que respondem pela composição do Executivo e do Legislativo, que trazem conseqüências distintas.

Enquanto o Executivo é constituído, pela própria natureza das coisas, com base no voto de toda a nação, o Legislativo é formado por representantes de parcialidades.

A primeira conseqüência é que os formuladores de políticas do Executivo — portadores do viés tecnocrático — não conhecem, normalmente, as instituições e os processos que caracterizam a política.

Já a segunda conseqüência é que os membros do Legislativo não se sentem responsáveis pela formulação da política nacional e dedicam–se primordialmente à representação de interesses regionais, corporativos e clientelísticos.⁴⁵

Dada a existência de um sistema multipartidário fragmentado, nenhuma das 02(duas) situações citadas ocorre, pelo fato de o resultado das urnas não produzir uma maioria nítida, seja do partido do presidente, seja da oposição.

⁴³ ABRANCHES. 2003. Idem, p. 72.

⁴⁴ ABRANCHES. 2003. Idem, p. 73.

⁴⁵ MORAES, Filomeno. **Executivo e Legislativo no Brasil Pós–Constituinte**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 15, nº. 4, 2001, p. 47. Disponível em : www.scielo.com.br/ Acessado em : 29.08.2006.

De um lado, encontra-se uma Presidência hipertrofiada em seus poderes constitucionais, cujo móvel, porém, seria a realização de uma ampla agenda legislativa de abrangência nacional.

De outro lado, está o Poder Legislativo extremamente fragmentado, operado por partidos que, em sua maioria, são indisciplinados e cuja principal motivação seria o atendimento de demandas paroquiais.

A fragmentação, a indisciplinada e o paroquialismo dos partidos concorreriam para tornar o processo de formação de maiorias legislativas extremamente difícil, lento e custoso, comprometendo o êxito das medidas propostas pelo Executivo.

Este, por sua vez, se veria forçado a recorrer a apelos plebiscitários e a instrumentos extraordinários de governo para fazer valer suas preferências, gerando assim freqüentes crises nas relações Executivo-Legislativo.⁴⁶

Assim, no Brasil, tornou-se prática dominante a formação, após o pleito, de uma coalizão de partidos para sustentar o governo no Legislativo – o chamado **presidencialismo de coalizão**.

Cada vez mais o Chefe do Poder Executivo deve ter grande capacidade de articulação, negociação e administração política.

O modo como operam as instituições que participam do processo de tomada de decisões faz das relações entre os poderes um exercício bastante complexo e muito dependente da capacidade do presidente da República de conduzir as negociações com o Congresso, particularmente com os partidos da sua base de apoio.

Base esta, em geral, muito heterogênea e disposta a fazer valer sua condição de membro de um outro poder – fato que, em si mesmo, já se constitui em moeda de negociação.⁴⁷

O processo político brasileiro, embora enfrente problemas e dilemas, tem caminhado para evitar o conflito disruptivo entre o Executivo e o Legislativo, que foi um dos traços marcantes e perversos de sua evolução político-constitucional anteriores a 1988.

O dilema institucional brasileiro define-se pela necessidade de se encontrar um ordenamento institucional suficientemente eficiente para agregar e processar as pressões derivadas desse quadro heterogêneo, adquirido, assim, bases mais sólidas para sua legitimidade, que o capacite a intervir de forma mais eficaz na redução das disparidades e na integração da ordem social.”⁴⁸

Esses são elementos constitutivos do ideário e da prática democrática saudável pelo mundo afora; no Brasil e no resto do mundo, são igualmente passíveis de

⁴⁶ AMORIM NETO, Octavio e TAFNER, Paulo. Governos de Coalizão e Mecanismos de Alarme de Incêndio no Controle das Medidas Provisórias. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, nº. 1, 2.002, p. 05. Disponível em : www.scielo.br/ Acessado em : 31.08.2006.

⁴⁷ CADERNOS NAE. Ibidem, p. 28.

⁴⁸ ABRANCHES. 2003. Idem, p. 22.

aperfeiçoamento; de permanente aperfeiçoamento. É o que se espera. Só o tempo poderá explicar e dar às repostas esperadas.

3. ESTUDO EMPÍRICO COMPARATIVO DO DESEMPENHO DO PRESIDENCIALISMO PLURIPARTIDÁRIO BRASILEIRO: COLIGAÇÕES E COALIZÕES DO FEDERAL E DO PARANÁ, NO PERÍODO DE 1994 A 2010.

Nesta segunda parte do trabalho, é apresentada 12(doze) tabelas contendo dados específicos das Eleições aos Executivos Federal e Paranaense, referente às coligações e coalizões do período estudado.

Às eleições são de 1.994, 1998, 2002 e 2006. E quanto aos mandatos, são do início dos governos do FHC : 1995–1998, 1999–2002; e do LULA: 2003–2006 e 2007–2010. E também do início dos governos estaduais de Lerner e Requião, dos mesmos mandatos.

Após apresentados os dados, é realizada uma análise comparativa entre os dois níveis apontados, Nacional x Paraná, como a indicações das possíveis semelhanças ou diferenças encontradas entre eles.

Lembrando que o objetivo deste estudo é mostrar alguns indicadores extraídos dos dados políticos coletados, sobre o desempenho da Democracia Presidencialista Pluripartidária nos dois níveis olhados, como às coligações eleitorais e às coalizões políticas governamentais.

É bom deixar registrado, como explicações, antes de serem apresentas às 12(doze) tabelas, que os dados foram coletados no início de cada governo, mais precisamente no mês de março, junto aos Diários Oficiais da União e nos Diários Oficiais do Estado do Paraná.

E a quantidade de Ministérios e Secretarias Estaduais são às que existiram em março do primeiro ano de cada mandato. Isto é, não foi levado em consideração às variações de quantidades ocorridas no curso de cada governo. Até porque, pode ter acontecido o aumento ou a diminuição da quantidade de Ministérios ou Secretarias, já que tanto o Presidente da República e como o Governo do Estado do Paraná possuem o poder discricionário de livre nomeação e exoneração.

Os dados das coligações eleitorais e partidos envolvidos, foram coletados diretamente no site oficial do TSE – Tribunal Superior Eleitoral, www.tse.jus.br.

Seguem, portanto, às planilhas deste estudo empírico, com indicação de uma tabela em cada página, já que não será possível apresentar mais de uma.

3.1. Das coligações partidárias ao Executivo Federal, nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006.

Na primeira planilha, como segue, é feita a análise das coligações políticos–eleitorais ocorridas nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006, para os cargos à presidente e vice–presidente ao governo do executivo federal.

| TABELA 01 | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|------------|--|------------|
| FEDERAL - EXECUTIVOS - COLIGAÇÕES (*1) | | | | | |
| ELEIÇÕES : 1994 1998 2002 2006 | | | | | |
| Candidatos x Eleitos x Partidos x Coligações (*2) | | | | | |
| A | B | C | D | E | F |
| Eleições | Presidente / Vice / Eleitos | Partidos / Presidente / Vice | | Coligação / Partido / Presidente / Vice | |
| ANOS | NOMES | SIGLAS | Nº. | SIGLAS | Nº. |
| 1994 | Fernando Henrique Cardoso - FHC Marco Antonio de Oliveira Maciel | PSDB / PFL | 2 | PSDB / PFL / PTB / PSD / PPB | 5 |
| 1998 | Fernando Henrique Cardoso - FHC Marco Antonio de Oliveira Maciel | PSDB / PFL | 2 | PSDB / PFL / PTB / PSD / PPB | 5 |
| 2002 | Luiz Inácio Lula da Silva - LULA José Alencar Gomes da Silva | PT / PL | 2 | PT / PL / PMN / PCB / PCdoB | 5 |
| 2006 | Luiz Inácio Lula da Silva - LULA José Alencar Gomes da Silva | PT / PRB | 2 | PT / PRB / PCdoB | 3 |
| (*1) Tabela : Elaboração própria. | | | | | |
| (*2) Fonte : Dados - Site - TSE - www.tse.jus.br | | | | | |

Como visto, os números encontrados, nas 04(quatro) eleições, são praticamente iguais. Dois partidos integraram a chapa aos cargos de presidente e vice, com apoio de 05(cinco) partidos na coligação eleitoral. A única exceção é na eleição de 2006, quando teve na coligação apenas três partidos participando.

3.2. Das coligações partidárias ao Executivo do Paraná, nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006.

Nas segunda planilha, é feita a análise das coligações políticos–eleitorais, ao executivo estadual do paraná, nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006.

| TABELA 02 | | | | | |
|--|---|-------------------------------------|------------|---|------------|
| PARANÁ - EXECUTIVOS - COLIGAÇÕES (*1) | | | | | |
| ELEIÇÕES : 1994 1998 2002 2006 | | | | | |
| Candidatos x Eleitos x Partidos x Coligações (*2) | | | | | |
| A | B | C | D | E | F |
| Eleições | Governador / Vice / Eleitos | Partidos / Governador / Vice | | Coligação / Partido / Governador / Vice | |
| ANOS | NOMES | SIGLAS | Nº. | SIGLAS | Nº. |
| 1994 | Jaime Lerner Emilia de Salles Belinati | PDT PDT | 1 | PDT / PTB / PFL / PV / PSDB | 5 |
| 1998 | Jaime Lerner Emilia de Salles Belinati | PFL PFL | 1 | PFL / PPB / PTB / PSL / PST / PTN / PSC / PL / PPS / PRN / PSB / PSD / PRP / PTdoB | 14 |
| 2002 | Roberto Requião de Mello e Silva Orlando Pessuti | PMDB PMDB | 1 | PMDB / PT/ PHS / PCB / PCdoB / PL / PPS / PV | 8 |
| 2006 | Roberto Requião de Mello e Silva Orlando Pessuti | PMDB PMDB | 1 | PMDB / PSC | 2 |
| (*1) Tabela : Elaboração própria. | | | | | |
| (*2) Fonte : Dados - Site - TSE - www.tse.jus.br | | | | | |

Nas 04(quatro) eleições indicadas temos um ponto em comum. É quando o partido do governador e do vice foram sempre o mesmo. Mas na reeleição de 1998, tanto o governador como o vice mudaram de partido, que foi para a mesma legenda partidária.

Já quanto o número de partidos envolvidos, não existe semelhança entre às quatro eleições, pois cada eleição ou reeleição, teve quantidades diferentes de partidos participando das coligações ao pleito.

Ao compararmos os dados das tabelas 01 e 02, (Nacional x Paraná), veremos que eles possuem um único ponto de semelhança. É a quantidade de 5 partidos, tanto no Federal como Estadual, que participaram da coligação à eleição de 1994 aos respectivos executivos.

3.3. Das coligações partidárias ao Executivo Federal, nos inícios dos governos de 1995–1998, 1999–2002, 2003–2006 e 2007–2010.

Neste terceiro subcapítulo, seguem 05(cinco) tabelas, (03 a 07), referente às coligações e coalizões realizadas no governo federal.

A planilha, que segue logo abaixo, apresenta os dados das coligações e coalizões ocorridas no início dos mandatos dos governos federais: 1995–1998, 1999–2002, 2003–2006 e 2007–2010.

| TABELA 03 | | | | | | | | |
|---|---|-----------------------------|------------------------------------|-----|-------------------------|--|--|---|
| FEDERAL - EXECUTIVOS - COLIGAÇÕES - COALIZÕES (*1) | | | | | | | | |
| Governos : 1995-1998 1999-2002 2003-2006 2007-2010 | | | | | | | | |
| Governos x Ministérios x Partidos x Coligações x Coalizões (*2) | | | | | | | | |
| A | B | C | D | E | F | G | H | I |
| Mandatos | Presidente / Vice / Eleitos | Partido / Presidente / Vice | Coligação / Eleição / Partido | | Ministério / Quantidade | Ministério / Partido / Presidente / Vice | Ministério / Partido / Coligação / Eleição | Ministério / Partido / Coalizão / Governo |
| ANOS | NOMES | SIGLAS | SIGLAS | Nº. | Nº. | Nº. | Nº. | Nº. |
| 1995-1998 (*3) | Fernando Henrique Cardoso - FHC Marco Antonio de Oliveira Maciel | PSDB PFL | PSDB / PFL / PTB / PSD / PPB | 5 | 23 | 0 | 10 | 13 |
| 1999-2002 (*4) | Fernando Henrique Cardoso - FHC Marco Antonio de Oliveira Maciel | PSDB PFL | PSDB / PFL / PTB / PSD / PPB | 5 | 23 | 2 | 11 | 17 |
| 2003-2006 (*5) | Luiz Inácio Lula da Silva - LULA José Alencar Gomes da Silva | PT PL | PT / PL / PMN / PCB / PCdoB | 5 | 27 | 1 | 16 | 21 |
| 2007-2010 (*6) | Luiz Inácio Lula da Silva - LULA José Alencar Gomes da Silva | PT PRB | PT / PRB / PCdoB | 3 | 25 | 0 | 12 | 20 |

(*1) Tabela : Elaboração própria.

(*2) Fonte : Dados - Site - TSE - www.tse.jus.br

(*3) Fonte : DO - Diário Oficial - 01-03-1995 - Ano CXXXIII - Nº 41.

(*4) Fonte : DO - Diário Oficial - 05-03-1999 - Ano CXXXVII - Nº 43.

(*5) Fonte : DOU - Diário Oficial União - 05-03-2003 - Ano CXL - Nº. 44.

(*6) Fonte : DOU - Diário Oficial União - 01-03-2007 - Ano CXLIV - Nº. 41.

Cabe explicar, para facilitar o entendimento, o que significa às quantidades indicadas em cada coluna da tabela acima.

Na coluna E, é o número de partidos que participaram da coligação ao pleito eleitoral. Na F traz a quantidade de ministérios que os governos tiveram no início de cada mandato, mais precisamente em março, quando os dados foram coletados.

Os valores da coluna G, traz a quantidade de ministérios que foram entregues ao partido do vice presidente. A H, é a quantidade de pastas distribuídas aos partidos que fizeram parte das coligações eleitorais. E por fim, a coluna I, representa a quantidade de ministérios que foram entregues aos partidos da base aliada do executivo federal, a chamada coalização governamental.

É por isso que a quantidade de ministérios não é o resultado da soma dos números das colunas $G + H + I$.

A coluna F traz o número total de ministérios no início de cada governo, isto é, em março de cada respectivo mandato, segundo dados do Diário Oficial da União, e não da variação ocorrida do início até o final de cada governo.

Observa-se que nos dois governos de FHC o número de ministérios foi o mesmo, (23); já nos dois governos de LULA, de 27 no primeiro mandato caiu para 25 no segundo.

Nos dados apresentados, referente às 04(quatro) eleições ao executivo federal acima indicadas, três possuem o mesmo número de partidos nas coligações eleitorais. São 5 nas eleições de 1994, 1998 e 2002.

Já quanto ao número de ministérios, existe pequena diferença na quantidade em cada governo. A diferença está no número de partidos que receberam ministérios nas coalizões. Os dois últimos governo do LULA tiveram mais partidos envolvidos.

Nessa quarta tabela, como segue, é apresentada a quantidade de ministérios, o nome dos integrantes e seus respectivos partidos, do governo federal de 1995–1998.

| TABELA 04 | | | | |
|--|------------|--------------------------------------|-------------------------------------|----------------------|
| FEDERAL - EXECUTIVO - COALIZÃO (*1) | | | | |
| Governo : 1995 - 1998 (*2) | | | | |
| Presidente x Vice-Presidente x Ministérios x Partidos x Coalizão (*3) | | | | |
| A | B | C | D | E |
| Governo | Nº. | Ministérios | Ministro(a)s (*4) | Partidos (*5) |
| Presidente FHC Fernando Henrique Cardoso PSDB | 1 | Administração Federal Reforma Estado | Luiz Carlos Bresser Pereira | PSDB |
| | 2 | Aeronáutica | Mauro Jose Miranda Gandra | S.v.p. (*6) |
| | 3 | Agricultura Abastem. Reforma Agrária | Jose Eduardo de Andreade Vieira | PTB |
| | 4 | Casa Civil | Clóvis Carvalho | PSDB |
| | 5 | Ciência e Tecnologia | Jose Israel Vargas | S.v.p. (*6) |
| | 6 | Comunicações | Sergio Motta | PSDB |
| | 7 | Cultura | Francisco Correa Weffort | PSDB |
| | 8 | Educação e Desporto | Paulo Renato Souza | PSDB |
| | 9 | Exército | Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena | S.v.p. (*6) |
| | 10 | Fazenda | Pedro Malan | S.v.p. (*6) |
| | 11 | Geral da Presidência | Eduardo Jorge Caldas Pereira | PSDB |
| Vice-Presidente Marco Antonio de Oliveira Maciel PFL | 12 | Indústria Comércio e Turismo | Dorothea Werneck | S.v.p. (*6) |
| | 13 | Justiça | Nelson Azevedo Jobim | PMDB |
| | 14 | Marinha | Mauro Cesar Rodrigues Pereira | S.v.p. (*6) |
| | 15 | Meio Ambiente Recursos Hídricos | Gustavo Krause Goncalves Sobrinho | DEM |
| | 16 | Minas e Energia | Raimundo Mendes de Brito | S.v.p. (*6) |
| | 17 | Planejamento e Orçamento | Jose Serra | PSDB |
| | 18 | Previdência e Assistencia Social | Reinhold Stephanes | PSD |
| | 19 | Relações Exteriores | Luiz Felipe Palmeira Lampreia | S.v.p. (*6) |
| | 20 | Saúde | Abib Domingos Jatene | S.v.p. (*6) |
| | 21 | Segurança Institucional | Alberto Mendes Cardoso | S.v.p. (*6) |
| | 22 | Trabalho | Paulo de Tarso Almeida Paiva | PTB |
| | 23 | Transportes | Odacir Klein | PMDB |

(*1) Tabela : Elaboração própria.

(*2) Dados do início da gestão - Mês 03 1995.

(*3) Fonte : DO - Diário Oficial - 01-03-1995 - Ano CXXXIII - Nº. 41.

(*4) Fonte : Sites dos Ministérios.

(*5) Fonte : Dados - Site - TSE - www.tse.jus.br.

(*6) Legenda : S.v.p. - Sem vínculo partidário.

No primeiro governo do FHC só teve 13 ministérios na sua coalizão governamental, com o fito de agradar a base aliada do Senado e da Câmara.

Na quinta planilha, é também apresentada a quantidade de ministérios, com a indicação dos nomes dos integrantes com seus respectivos partidos, do governo federal de 1999–2002.

| TABELA 05 | | | | |
|--|---|------------------------------------|-------------------------------|----------------------|
| FEDERAL - EXECUTIVO - COALIZÃO (*1) | | | | |
| Governo : 1999 - 2002 (*2) | | | | |
| Presidente x Vice-Presidente x Ministérios x Partidos x Coalizão (*3) | | | | |
| A | B | C | D | E |
| Governo | Nº. | Ministérios | Ministro(a)s (*4) | Partidos (*5) |
| Presidente FHC Fernando Henrique Cardoso PSDB | 1 | Agricultura e Abastecimento | Francisco Turra | PP |
| | 2 | Casa Civil | Pedro Parente | S.v.p. (*6) |
| | 3 | Ciência e Tecnologia | Luiz Carlos Bresser Pereira | PSDB |
| | 4 | Comunicações | João Pimenta da Veiga Filho | PSDB |
| | 5 | Cultura | Francisco Correa Weffort | PSDB |
| | 6 | Defesa | Élcio Álvares | DEM |
| | 7 | Desenvolvimento Agrário | Raul Jungmann | PPS |
| | 8 | Desenvolvimento Indústria Comércio | Celso Lafer | PSD |
| | 9 | Educação | Paulo Renato Souza | PSDB |
| | 10 | Esportes e Turismo | Rafael Grega | PFL |
| | 11 | Fazenda | Pedro Malan | S.v.p. (*6) |
| | 12 | Integração Nacional | Fernando Bezerra | PTB |
| | Vice-Presidente Marco Antonio de Oliveira Maciel PFL | 13 | Justiça | José Carlos Dias |
| 14 | | Meio Ambiente | José Sarney Filho | PV |
| 15 | | Minas e Energia | Rodolpho Tourinho Neto | DEM |
| 16 | | Orçamento e Gestão | Paulo de Tarso Almeida Paiva | PTB |
| 17 | | Previdência e Assistência Social | Waldeck Vieira Ornelas | PFL |
| 18 | | Público da União | Geraldo Brindeiro | S.v.p. (*6) |
| 19 | | Relações Exteriores | Luiz Felipe Palmeira Lampreia | S.v.p. (*6) |
| 20 | | Saúde | José Serra | PSDB |
| 21 | | Segurança Institucional | Alberto Mendes Cardoso | S.v.p. (*6) |
| 22 | | Trabalho e Emprego | Francisco Dornelles | PPB |
| 23 | | Transportes | Eliseu Padilha | PMDB |

(*1) Tabela : Elaboração própria.

(*2) Dados do início da gestão - Mês 03 1999.

(*3) Fonte : DO - Diário Oficial - 05-03-1999 - Ano CXXXVII - Nº 43.

(*4) Fonte : Sites dos Ministérios.

(*5) Fonte : Dados - Site - TSE - www.tse.jus.br.

(*6) Legenda : S.v.p. - Sem vínculo partidário.

Pode ser visto que 23 ministérios foram entregues a base aliada do FHC, em seu segundo mandato, chamada de coalizão governamental.

Agora, quando compararmos às tabelas 04 e 05, que trazem dados dos dois mandatos do presidente FHC, percebemos que no segundo teve mais ministros com filiação partidária, de 13 para 17 pastas.

E na sexta tabela, seguem dos dados do governo federal de 2003–2006, referente a quantidade de ministérios com o nomes dos integrantes e seus respectivos partidos.

| TABELA 06 | | | | |
|---|------------|---|-------------------------------------|----------------------|
| FEDERAL - EXECUTIVO - COALIZÃO (*1) | | | | |
| Governo : 2003 - 2006 (*2) | | | | |
| Presidente x Vice-Presidente x Ministérios x Partidos x Coalizão (*3) | | | | |
| A | B | C | D | E |
| Governo | Nº. | Ministérios | Ministro(a)s (*4) | Partidos (*5) |
| Presidente LULA Luiz Inácio Lula da Silva PT | 1 | Agricultura Pecuária e Abastecimento | Roberto Rodrigues | S.v.p. (*6) |
| | 2 | Aquicultura e Pesca | José Fritsch | PT |
| | 3 | Casa Civil | José Dirceu | PT |
| | 4 | Cidades | Olívio Dutra | PT |
| | 5 | Ciência e Tecnologia | Roberto Atila Amaral Vieira | PSB |
| | 6 | Comunicações | Miro Teixeira | PDT |
| | 7 | Cultura | Gilberto Gil | PV |
| | 8 | Defesa | José Viegas Filho | S.v.p. (*6) |
| | 9 | Desenvolvimento Agrário | Miguel Rosseto | PT |
| | 10 | Desenvolvimento Indústria Comércio Exterior | Luiz Fernando Furlan | S.v.p. (*6) |
| | 11 | Educação | Cristovam Buarque | PT |
| | 12 | Esportes | Agnelo Queiroz | Pcdob |
| | 13 | Fazenda | Antonio Palocci | PT |
| | 14 | Integração Nacional | Ciro Gomes | PPS |
| Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva PL | 15 | Justiça | Mario Thomaz Bastos | S.v.p. (*6) |
| | 16 | Meio Ambiente | Marina Silva | PT |
| | 17 | Minas e Energias | Dilma Vana Rousself | PT |
| | 18 | Planejamento e Orçamento e Gestão | Guido Mantega | PT |
| | 19 | Políticas Para Mulheres | Emilia Fernandes | PT |
| | 20 | Previdência Social | Ricardo Berzoini | PT |
| | 21 | Público da União | Geraldo Brindeiro | S.v.p. (*6) |
| | 22 | Relações Exteriores | Celso Amorim | PT |
| | 23 | Saúde | Humberto Costa | PT |
| | 24 | Segurança Institucional | Jorge Armando Felix | S.v.p. (*6) |
| | 25 | Trabalho e Emprego | Jaques Wagner | PT |
| | 26 | Transportes | Anderson Adauto Pereira | PL |
| | 27 | Turismo | Walfrido Silvio dos Mares Guia Neto | PTB |

(*1) Tabela : Elaboração própria.

(*2) Dados do início da gestão - Mês 03 2003.

(*3) Fonte : DOU - Diário Oficial União - 05-03-2003 - Ano CXL - Nº. 44.

(*4) Fonte : Sites dos Ministérios.

(*5) Fonte : Dados - Site - TSE - www.tse.jus.br.

(*6) Legenda : S.v.p. - Sem vínculo partidário.

Para ter apoio no senado e na câmara, na aprovação dos projetos do executivo, o presidente LULA fez coalizão governamental com alguns partidos, por isso entregou 21 ministérios a sua base aliada, do total de 27 pastas.

A sétima tabela mostra os dados do governo federal de 2007–2010, sobre a quantidade ministérios com o nomes dos integrantes e seus respectivos partidos, que compuseram a base aliado do executivo federal.

| TABELA 07 | | | | |
|---|--|---|------------------------------------|---------------------------|
| FEDERAL - EXECUTIVO - COALIZÃO (*1) | | | | |
| Governo : 2007 - 2010 (*2) | | | | |
| Presidente x Vice-Presidente x Ministérios x Partidos x Coalizão (*3) | | | | |
| A | B | C | D | E |
| Governo | Nº. | Ministérios | Ministro(a)s (*4) | Partidos (*5) |
| Presidente LULA Luiz Inácio Lula da Silva PT | 1 | Agricultura Pecuária e Abastecimento | Reinhold Stephanes | PMDB |
| | 2 | Casa Civil | Dilma Rousseff | PT |
| | 3 | Cidades | Marcio Fortes de Almeida | S.v.p. (*6) |
| | 4 | Ciência e Tecnologia | Sergio Machado Resende | PSB |
| | 5 | Comunicações | Hélio Costa | PMDB |
| | 6 | Cultura | Gilberto Gil | PV |
| | 7 | Defesa | Nelson Azevedo Jobim | PMDB |
| | 8 | Desenvolvimento Agrário | Guilherme Cassel | PT |
| | 9 | Desenvolvimento Indústria Comércio Exterior | Miguel Jorge | S.v.p. (*6) |
| | 10 | Educação | Fernando Haddad | PT |
| | 11 | Fazenda | Guido Mantega | PT |
| | 12 | Integração Nacional | Geddel Vieira Lima | PMDB |
| | Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva PRB | 13 | Justiça | Tarso Fernando Herz Genro |
| 14 | | Meio Ambiente | Marina Silva | PT |
| 15 | | Minas e Energias | Silas Rondeau Cavalcanti Silva | PMDB |
| 16 | | Pesca e Aquicultura | Altemir Gregolin | PT |
| 17 | | Planejamento Orçamento e Gestão | Paulo Bernardo Silva | PT |
| 18 | | Previdência Social Combate à Fome | Luiz Marinho | PT |
| 19 | | Público da União | Antonio Fernando Barros e Silva | S.v.p. (*6) |
| 20 | | Relações Exteriores | Celso Amorin | PT |
| 21 | | Saúde | José Gomes Barros e Silva de Souza | S.v.p. (*6) |
| 22 | | Segurança Institucional | Jorge Armando Felix | S.v.p. (*6) |
| 23 | | Trabalho e Emprego | Luiz Marinho | PT |
| 24 | | Transportes | Alfredo Nascimento | PL |
| 25 | | Turismo | Marta Suplicy | PT |

(*1) Tabela : Elaboração própria.

(*2) Dados do início da gestão - Mês 03 2007.

(*3) Fonte : DOU - Diário Oficial União - 01-03-2007 - Ano CXLIV - Nº. 41.

(*4) Fonte : Sites dos Ministérios.

(*5) Fonte : Dados - Site - TSE - www.tse.jus.br.

(*6) Legenda : S.v.p. - Sem vínculo partidário.

No segundo governo do LULA o executivo federal distribuiu 20(vinte) ministérios aos partidos da sua base aliada, chamada de coalizão política.

Quando compararmos os dados das tabelas 06 e 07, dos dois mandatos do presidente LULA, percebe-se que ambos tiveram praticamente os mesmos números de ministérios, 27 no primeiro e 25 no segundo mandato.

3.4. Das coligações partidárias ao Executivo do Paraná, nos inícios dos governos de 1995–1998, 1999–2002, 2003–2006 e 2007–2010.

Agora segue 04(quatro) tabelas, (08 a 12), referente às coligações e coalizões dos governos do paraná, de 1995–1998, 1999–2002, 2003–2006 e 2007–2010, para que seja possível fazer a análise comparativa com os dados do federal.

Os dados da tabela 08, são os do início de cada governo, sobre a quantidade de secretarias estaduais com nomes dos integrantes e seus respectivos partidos, da base aliado do executivo.

| TABELA 08 | | | | | | | | |
|---|---|---------------------------|---|--------------------------|--|--|---|-----|
| PARANÁ - EXECUTIVOS - COLIGAÇÕES - COALIZÕES (*1) | | | | | | | | |
| Governos : 1995-1998 1999-2002 2003-2006 2007-2010 (*2) | | | | | | | | |
| Governador x Vice-Governador x Secretarias x Partidos x Coligações x Coalizões | | | | | | | | |
| A | B | C | D | E | F | G | H | I |
| Mandatos | Governador e Vice / Eleitos | Partido Governador Eleito | Coligação / Eleição / Partido | Secretarias / Quantidade | Secretarias / Partidos / Governador e Vice | Secretarias / Partidos / Coligação / Eleição | Secretarias / Partidos / Coalizão / Governo | |
| ANOS | NOMES | SIGLAS | SIGLAS | Nº. | Nº. | Nº. | Nº. | Nº. |
| 1995-1998 (*3) | Jaime Lerner Emilia de Salles Belinati | PDT PDT | PDT / PSDB / PFL / PTB / PV | 5 | 22 | 0 | 15 | 19 |
| 1999-2002 (*4) | Jaime Lerner Emilia de Salles Belinati | PFL PFL | PFL / PPB / PTB / PSL / PST / PTN / PSC / PL / PPS / PRN / PSB / PSD / PRP / PTdoB | 14 | 25 | 14 | 17 | 23 |
| 2003-2006 (*5) | Roberto Requião de Mello e Silva Orlando Pessuti | PMDB PMDB | PMDB / PT / PL / PHS / PCB / PCdoB / PPS / PV | 8 | 19 | 16 | 17 | 18 |
| 2007-2010 (*6) | Roberto Requião de Mello e Silva Orlando Pessuti | PMDB PMDB | PMDB / PSC | 2 | 18 | 7 | 7 | 11 |
| (*1) Tabela : Elaboração própria. | | | | | | | | |
| (*2) Fonte : Dados - Site - TSE - www.tse.jus.br. | | | | | | | | |
| (*3) Fonte : DOE PR - Diário Oficial Estadual, Nº. 4.459, 01-03-1995, Ano LXXXI. | | | | | | | | |
| (*4) Fonte : DOE PR - Diário Oficial Estadual, Nº. 5.444, 01-03-1999, Ano LXXXIV. | | | | | | | | |
| (*5) Fonte : DOE PR - Diário Oficial Estadual, Nº. 6.430, 03-03-2003, Ano LXXXIX. | | | | | | | | |
| (*6) Fonte : DOE PR - Diário Oficial Estadual, Nº. 7.420, 01-03-2007, Ano XCIII. | | | | | | | | |

Cabe explicar também neste subcapítulo, para facilitar o entendimento, o que significa às quantidades indicadas em cada coluna da tabela acima.

Na coluna E, é o número de partidos que participaram da coligação ao pleito eleitoral. Na F traz a quantidade de secretarias que os governos tiveram no início de cada mandato, mais precisamente em março, quando os dados foram coletados.

Os valores da coluna G, traz a quantidade de secretarias que foram entregues ao partido do vice governador. Na H, é a quantidade de pastas distribuídas aos partidos que fizeram parte das coligações eleitorais. E por fim, na coluna I, representa a quantidade de secretarias que foram entregues aos partidos da base aliada do executivo estadual, a chamada coalização governamental.

É por isso que a quantidade de secretarias não é o resultado da soma dos números das colunas $G + H + I$.

A quantidade de secretarias da coluna F, é o retrato da realidade no início de cada governo estadual, isto é, em março de cada respectivo mandato, segundo dados do Diário Oficial do Estado do Paraná, e não da variação ocorrida do curso de cada governo.

A quantidade de secretarias, em cada governo, são possuiu grande discrepância, mas às distribuídas aos partidos aliados, esse sim, possuem dados semelhantes.

Já os dados da tabela 09, referem-se início do governo 1995–1998, contém a quantidade de secretarias estaduais com nomes dos integrantes e seus respectivos partidos, da base aliado do chefe do executivo.

| TABELA 09 | | | | |
|---|------------|---------------------------------------|------------------------------------|----------------------|
| PARANÁ - EXECUTIVO - COALIZÃO (*1) | | | | |
| Governo : 1995 - 1998 (*2) | | | | |
| Governador x Vice-Governador x Secretarias x Partidos x Coalizão (*3) | | | | |
| A | B | C | D | E |
| Governo | Nº. | Secretarias | Secretario(a)s (*4) | Partidos (*5) |
| Governador Jaime Lerner PDT | 1 | Administração | Reinhold Stephanes Junior | PMDB |
| | 2 | Agricultura e do Abastecimento | Hermas Eurides Brandão | PTB |
| | 3 | Ciência, Tecnologia e Ensino Superior | Alexandre Fontana Beltrão | PFL |
| | 4 | Comunicação Social | Cila Schulman | PFL |
| | 5 | Cultura | Eduardo Rocha Virmond | PFL |
| | 6 | Desenvolvimento Urbano | Lubomir Antonio Ficinski Dunin | PFL |
| | 7 | Educação | Ramiro Wahrhaftig | PSDB |
| | 8 | Especial da Fundepar | Segismundo Morgenstem | PFL |
| | 9 | Especial da Política Habitacional | Rafael Bernardo Dely | PSB |
| | 10 | Especial de Governo | Giovani Gionédís | PSC |
| Vice-Governadora Emilia de Salles Belinati PDT | 11 | Especial de Obras | Dante Bellinati Guazzi | PFL |
| | 12 | Especial Emprego Relações Trabalho | Joni Paulo Varisco | PSDB |
| | 13 | Especial do Esporte e Turismo | Silvio Magalhães de Barros II | PP |
| | 14 | Fazenda | Miguel Salomão | S.v.p. (*6) |
| | 15 | Indústria Comércio Des. Econômico | Kalil Cury Filho | S.v.p. (*6) |
| | 16 | Justiça e da Cidadania | Edson Luiz Vidal Pinto | S.v.p. (*6) |
| | 17 | Meio Ambiente | Hitoshi Nakamura | PFL |
| | 18 | Planejamento e Coordenação Geral | Cassio Taniguchi | PFL |
| | 19 | Saúde | Armando Martinho Bardou Raggio | PSDB |
| | 20 | Segurança Pública | Cândido Manuel Martins de Oliveira | PFL |
| | 21 | Trabalho e da Ação Social | Fani Lerner | PFL |
| | 22 | Transportes | Deni Lineu Schwartz | PSDB |

(*1) Tabela : Elaboração própria.

(*2) Dados do início da gestão - Mês 03 1995.

(*3) Fonte : DOE - Diário Oficial Estado Paraná - 01-03-1995 - Ano LXXXI - Nº. 4.459.

(*4) Fonte : Sites das Secretarias.

(*5) Fonte : Site do TSE www.tse.jus.br.

(*6) Legenda : S.v.p. - Sem vínculo partidário.

O Estado do Paraná, no início desse governo, teve 19(dezenove) secretarias. Assim, pode-se dizer que o governador distribuiu quase todas às pastas executivas aos partidos aliados que compuseram a coalizão, para formar boa base aliada na casa de leis, a assembleia legislativa do estado.

Na tabela 10, percebe-se que no governo de 1999–2002 o executivo estadual teve 23(vinte e três) secretarias distribuídas aos partidos da sua coalizão governamental.

| TABELA 10 | | | | |
|--|------------|--|------------------------------------|----------------------|
| PARANÁ - EXECUTIVO - COALIZÃO (*1) | | | | |
| Governo : 1999 - 2002 (*2) | | | | |
| Governador x Vice-Governador x Secretarias x Partidos x Coalizão (*3) | | | | |
| A | B | C | D | E |
| Governo | Nº. | Secretarias | Secretário(a)s (*4) | Partidos (*5) |
| Governador Jaime Lerner PFL | 1 | Administração | Maria Elisa Ferraz Paciornik | PFL |
| | 2 | Agricultura e do Abastecimento | Antonio Leonel Poloni | PSDB |
| | 3 | Chefia de Gabinete do Governador | Gerson Guelmann | PFL |
| | 4 | Ciência, Tecnologia e Ensino Superior | Ramiro Wahrhaftig | PFL |
| | 5 | Comunicação Social | David Campos | PSC |
| | 6 | Criança e Assuntos da Família | Fani Lerner | PFL |
| | 7 | Cultura | Lucia Gluck Camargo | PFL |
| | 8 | Desenvolvimento Urbano | Lubomir Antonio Ficinski Dunin | PFL |
| | 9 | Educação | Alcyone Vasconcelos Saliba | S.v.p. (*6) |
| | 10 | Emprego e Relações do Trabalho | Alex Canziani Silveira | PTB |
| | 11 | Especial da Fundepar | Segismundo Morgenstem | PFL |
| | 12 | Especial da Política Habitacional | Rafael Bernardo Dely | PFL |
| Vice-Governadora Emilia de Salles Belinati PFL | 13 | Especial de Ouvidoria Geral | João Elias de Oliveira | PSDB |
| | 14 | Especial de Proteção e Defesa Consumidor | Sérgio Spada | PSDB |
| | 15 | Esporte e Turismo | Ney Leprevost | PP |
| | 16 | Fazenda | Giovani Gionédís | PFL |
| | 17 | Governo | José Cid Campêllo Filho | PFL |
| | 18 | Indústria Comércio Des. Econômico | Eduardo Sciarra | PFL |
| | 19 | Justiça e da Cidadania | José Tavares da Silva Neto | PFL |
| | 20 | Meio Ambiente | Histoshi Nakamura | PFL |
| | 21 | Obras Públicas | Augusto Canto Neto | PPS |
| | 22 | Planejamento e Coordenação Geral | Miguel Salomão | S.v.p. (*6) |
| | 23 | Saúde | Armando Martinho Bardou Raggio | PSDB |
| | 24 | Segurança Pública | Cândido Manoel Martins de Oliveira | PFL |
| | 25 | Transportes | Heinz Georg Herwig | PSDB |

(*1) Tabela : Elaboração própria.

(*2) Dados do início da gestão - Mês 03 1999.

(*3) Fonte : DOE - Diário Oficial Estado Paraná - 01-03-1999 - Ano LXXXIV - Nº. 5.444.

(*4) Fonte : Sites das Secretarias.

(*5) Fonte : Dados - Site - TSE - www.tse.jus.br.

(*6) Legenda : S.v.p. - Sem vínculo partidário.

Na comparação dos dados das tabelas 09 e 10, referente ao mesmo governador estadual de LERNER, percebe-se que o número de secretarias teve pouca diferença, 22 no primeiro e 25 no segundo mandato.

A tabela 11 abaixo, por sua vez, demonstra que o executivo estadual teve 18(dezoito) secretários com filiação partidária, no governo de 2003–2006.

| TABELA 11 | | | | |
|--|------------|---------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| PARANÁ - EXECUTIVO - COALIZÃO (*1) | | | | |
| Governo : 2003 - 2006 (*2) | | | | |
| Governador x Vice-Governador x Secretarias x Partidos x Coalizão (*3) | | | | |
| A | B | C | D | E |
| Governo | Nº. | Secretarias | Secretario(a)s (*4) | Partidos (*5) |
| Governador Roberto Requião de Mello e Silva PMDB | 1 | Administração e da Previdência | Reinhold Stephanes | PMDB |
| | 2 | Agricultura e do Abastecimento | Orlando Pessuti | PMDB |
| | 3 | Ciência, Tecnologia e Ensino Superior | Aldair Tarcisio Rizzi | PMDB |
| | 4 | Comunicação Social | Airton Carlos Pissetti | PMDB |
| | 5 | Cultura | Vera Maria Hay Mussi Augusto | PMDB |
| | 6 | Desenvolvimento Urbano | Renato Guimarães Adur | PMDB |
| | 7 | Educação | Mauricio Requião de Mello e Silva | PMDB |
| | 8 | Emprego Trabalho Promoção Social | Roque Zimmermann | PT |
| | 9 | Especial da Política Habitacional | Luiz Cláudio Romanelli | PMDB |
| | 10 | Fazenda | Heron Arzua | PMDB |
| Vice-Governador Orlando Pessuti PMDB | 11 | Indústria Comércio Assuntos Mercosul | Luís Guilherme Gomes Mussi | PSDC |
| | 12 | Justiça e da Cidadania | Aldo José Parzianello | PMDB |
| | 13 | Meio Ambiente e Recursos Hídricos | Luiz Eduardo Cheida | PMDB |
| | 14 | Obras Públicas | Luiz Dernizo Caron | PMDB |
| | 15 | Planejamento e Coordenação Geral | Eleonora Bonato Fruet | PMDB |
| | 16 | Segurança Pública | Luiz Fernando Ferreira Delazari | S.v.p. (*6) |
| | 17 | Saúde | Claudio Murilo Xavier | PMDB |
| | 18 | Transporte | Waldyr Ortencio Pugliesi | PMDB |
| | 19 | Turismo | José Claudio Rorato | PMDB |

(*1) Tabela : Elaboração própria.

(*2) Dados do início da gestão - Mês 03 2003.

(*3) Fonte : DOE - Diário Oficial Estado Paraná - 03-03-2003 - Ano LXXXIX - Nº. 6.430.

(*4) Fonte : Sites das Secretarias.

(*5) Fonte : Dados - Site - TSE - www.tse.jus.br.

(*6) Legenda : S.v.p. - Sem vínculo partidário.

Assim, pode-se afirmar que no governo REQUIÃO a coalizão governamental foi fraca, apesar de distribuiu 18 secretarias, de 19, aos partidos políticos, pois só dois outros partidos receberam pastas, o PT e PSDC.

Por fim, segue a última planilha do trabalho, aonde o executivo estadual teve 11(onze) secretarias distribuídas aos partidos da sua coalizão governamental, no governo de 2007–2010.

| TABELA 12 | | | | |
|--|------------|--------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| PARANÁ - EXECUTIVO - COALIZÃO (*1) | | | | |
| Governo : 2007 - 2010 (*2) | | | | |
| Governador x Vice-Governador x Secretarias x Partidos X Coalizão (*3) | | | | |
| A | B | C | D | E |
| Governo | Nº. | Secretarias | Secretario(a)s (*4) | Partidos (*5) |
| Governador Roberto Requião de Mello e Silva PMDB | 1 | Administração e da Previdência | Maria Marta Renner Weber Lunardon | S.v.p. (*6) |
| | 2 | Agricultura e do Abastecimento | Valter Bianchini | PT |
| | 3 | Ciência Tecnologia e Ensino Superior | Lygia Lumina Pupatto | S.v.p. (*6) |
| | 4 | Comunicação Social | Airton Carlos Pissetti | PMDB |
| | 5 | Cultura | Vera Maria Hay Mussi Augusto | PMDB |
| | 6 | Desenvolvimento Urbano | Luiz Forte Netto | PSDB |
| | 7 | Educação | Mauricio Requião de Mello e Silva | PMDB |
| | 8 | Emprego Trabalho Promoção Social | Nelson Garcia | PSDB |
| | 9 | Fazenda | Heron Arzua | PMDB |
| Vice-Governador Orlando Pessuti PMDB | 10 | Indústria Comércio Assuntos Mercosul | Virgílio Moreira Filho | S.v.p. (*6) |
| | 11 | Justiça e da Cidadania | Jair Ramos Braga | S.v.p. (*6) |
| | 12 | Meio Ambiente e Recursos Hídricos | Lindsley da Silva Rasca Rodrigues | PMDB |
| | 13 | Obras Públicas | Marcelo Beltrão de Almeida | PMDB |
| | 14 | Planejamento Coordenadoria Geral | Enio José Verri | PT |
| | 15 | Segurança Pública | Luiz Fernando Ferreira Delazari | S.v.p. (*6) |
| | 16 | Saúde | Claudio Murilo Xavier | PMDB |
| | 17 | Transportes | Rogério Wallbach Tizzot | S.v.p. (*6) |
| | 18 | Turismo | Celso de Souza Caron | S.v.p. (*6) |

(*1) Tabela : Elaboração própria.

(*2) Dados do início da gestão - Mês 03 2007.

(*3) Fonte : DOE - Diário Oficial Estadual Eletrônico Paraná - 01-03-2007 - Ano XCIII - Nº. 7.420.

(*4) Fonte : Sites das Secretarias.

(*5) Fonte : Dados - Site - TSE - www.tse.jus.br.

(*6) Legenda : S.v.p. - Sem vínculo partidário.

Na comparação dos dados da tabelas 11 e 12, referente aos dois governos de REQUIÃO do Estado do Paraná, percebe-se que o número de secretarias teve pouca diferença, 19 no primeiro e 18 no segundo.

E novamente só dois partidos, que são diferentes do governador, receberam pastas, o PT e PSDB.

4. CONCLUSÕES

A pergunta norteadora deste trabalho acadêmico foi respondida. Tanto pelos teóricos brasileiros, que são especialistas no assunto do “Presidencialismo de Coalizão”, bem como pelos dados político-eleitorais coletados, indicados nas planilhas do estudo.

A indagação: **“Se o dilema institucional brasileiro – de sistema democrático presidencialista pluripartidário de coligações e coalizões, vivenciado no âmbito nacional – também ocorreu entre o Executivo e o Legislativo no Estado do Paraná, no período de 1994 a 2010?”**, tem resposta afirmativa.

Para os especialistas o sistema de governo do presidencialismo de coalizão, que ocorreu no âmbito Federal, também se repetiu nas assembleias legislativos dos estados e nas câmaras municipais de todo o Brasil.

O conceito do presidencialismo de coalizão foi criado pelo cientista político brasileiro Sérgio Henrique Hudson de Abranches, para descrever uma prática política que já vinha sendo usada nos períodos democráticos de 1946–1964. Essa prática política governamental foi aprofundada e mais utilizada após a proclamação da Constituição de 1988. É por isso que hoje essa definição foi incorporada ao vocabulário dos acadêmicos, dos estudiosos, dos professores, dos cientistas políticos e dos próprios políticos nacionais.

Esse sistema advém da necessidade dos executivos federal, estadual e municipal, conseguirem a maioria das cadeiras no seus respectivos parlamentos.

Como não conseguem, os executivos são forçados a concederem ministérios e secretarias aos partidos da sua coalizão política, para assim, verem aprovados os projetos de lei, os programas de campanha e às reformas necessárias.

Os dados coletados, representados em números, também respondem a pergunta com SIM, demonstra que o formato das coligações ocorridas no Federal também ocorreram, e do mesmo modo, no Estado do Paraná, no período analisado.

Esses dados foram comparados, como estudo empírico, entre os dois níveis de governo Nacional x Estado do Paraná.

Nessa comparação, comprovou-se que houve coligações políticas do pleito ao executivo federal e estadual, nas eleições presidenciais e governamentais, de 1994, 1998, 2002 e 2006.

E após às eleições, os dados comprovaram que houve coalizões nos mandatos 1995-1998, 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010, no Federal e no Paraná. Neste caso, os dados analisados foram os do início de cada governo.

Para atingir os seus objetivos governamentais, os chefes dos executivos começam fazendo alianças para as eleições, chamadas de coligações política-eleitorais; uma vez eleitos, realizando a segunda aliança chamada de coalizão política.

A explicação teórica da necessidade para que isso ocorra, é que no Brasil existe uma grande quantidade de partidos políticos, e como o executivo consegue a maioria das cadeias nos seus respectivos parlamentos, precisa trazer para a sua base outros partidos, entregando a eles ministérios e secretarias.

Às características político-institucional do Brasil é resultado de seu processo de formação social, que traz hoje como organização política — o Estado Republicano : o presidencialismo, o federalismo, o bicameralismo, o multipartidarismo e a representação proporcional.

Conclui-se, enfim, que apesar da pergunta realizada ter sido respondida, espera-se que este singelo trabalho acadêmico venha auxiliar outros, no futuro e no mesmo assunto, ou em até correlatos, ao seu aperfeiçoamento e aprofundamento. É o que se espera, humildemente.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 31, n. 1, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 3–55.

_____. Presidencialismo de Coalizão : Dilema Institucional do Brasil. In.: TAVARES, José Antônio Giusti (Org.) **O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira**. Brasília : Instituto Teotônio Vilela, 2.003, p. 21–73.

AMORIM NETO, Octávio. **Presidencialismo de Coalizão Revisado : Novos Dilemas, Velhos Problemas**. In.: TAVARES, José Antônio Giusti (Org.) **O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira**. Brasília : Instituto Teotônio Vilela, 2.003, p. 83–98.

CADERNOS NAE. **Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República**. Dimensão Institucional : Contribuição para o tema Reforma Política. nº. 5, jun. 2.005, Brasília : Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, 93 p.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. Presidencialismo de coalizão e administração pública. In: CLÈVE, Clèmerson Merlin (Org.) **Direito constitucional brasileiro – Organização do estado e dos poderes**. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, Vol. 2, 2014, p. 493–495.

FERRAZ, Francisco. **Executivo : a necessidade da maioria**. Disponível em : www.politicaparapoliticos.com.br/ Acessado em : 24.05.2005.

FREITAS, Andréa. **O presidencialismo da coalizão**. Rio de Janeiro : Fundação Konrad Adenauer, 2016, 150 p.

MAINWARING, Scott P. Democracia Presidencialista Multipartidária : o caso do Brasil. **Lua Nova – Revista de Cultura Política**, São Paulo, nº. 28/29, p. 21–74, mai./jun. 1.993.

MORAES, Filomeno. **Executivo e Legislativo no Brasil Pós–Constituinte**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 15, nº. 4, 2001, p. 45–52. Disponível em : www.scielo.com.br/ Acessado em : 29.08.2006.

MULLER, Gustavo. **Presidencialismo de coalizão, uma instituição bem brasileira**. Disponível em : www.politicaparapoliticos.com.br/ Acessado em : 04.04.2006.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão : As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, nº. 2, 2002, p. 265–301.

POWER, Timothy Joseph. **Presidencialismo trava ação legislativa, dizem analistas**. Agência Câmara, Brasília. Disponível em : www.camara.gov.br/ Acessado em : 10.04.2006.

SANTOS, Fabiano. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, nº. 2, 2.002, p. 237–264. Disponível em : www.scielo.com.br/ Acessado em : 17.04.2006.

**TERMO
DE DECLARAÇÃO
DE AUTORIA E RESPONSABILIDADE**

UFPR.

Curso de Especialização em Sociologia Política (*Lato Sensu*).

Trabalho de Monografia.

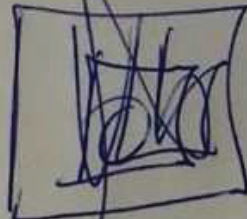
Declaro, inicialmente, para os devidos fins, que este texto da monografia foi elaborado e apresentado por mim, como acadêmico, visando a obtenção do Diploma de Especialista em Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná.

Declaro, ainda, que o trabalho atende às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do texto não houve o uso indevido, antiético ou ilegal de trabalho de outros autores, nem de práticas que possam ser consideradas como plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de prática ilegais e antiéticas é exclusivamente minha; e que não houve o auxílio de outras pessoas, remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito à normalização ou revisão ortográfica do texto final.

Declaro, por fim, que estou ciente de que a eventual comprovação de tais práticas, acima nominadas, implicará na expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.

Curitiba Paraná.

Outubro 2019.



Vanderlei Luis Krombauer Bonatto
Acadêmico